

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.939 - SP (2019/0009930-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : FRANCISCO DE ASSIS ARANTES NETO  
**ADVOGADOS** : SEBASTIAO BOTTO DE BARROS TOJAL E OUTRO(S) - SP066905  
ELIENE MARCELINA DE OLIVEIRA - SP243207  
**AGRAVADO** : SIQUEIRA FERREIRA MONTE ADVOGADOS  
**AGRAVADO** : FERREIRA LEITE - ADVOGADOS  
**ADVOGADO** : VERA CECILIA CAMARGO DE S FERREIRA MONTE E OUTRO(S)  
- SP128132  
**INTERES.** : FLORIVAL AMADO BARLETTA  
**ADVOGADO** : ALVARO LUIS ROGERIO COSTA - SP108796  
**INTERES.** : SAMUEL MOREIRA BRAMBILLA  
**ADVOGADO** : RICARDO DE SANTOS FREITAS - SP101031

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por FRANCISCO DE ASSIS ARANTES NETO contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

Agravo de Instrumento - Cumprimento de sentença - Pleito de desconstituição da penhora - Alegação de bem de família - Falta de comprovação - Multa por ato atentatório a dignidade da justiça - Cabimento Decisão mantida - Recurso improvido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022, inciso II e 774, inciso II, do CPC de 2015; 1º da Lei n. 8.099/1990.

Alega, em síntese, que os embargos de declaração foram rejeitados sem pronunciamento do Tribunal local a respeito dos dispositivos omitidos no acórdão recorrido.

Defende que o bem seria impenhorável, por ser sua moradia e o único bem que lhe resta. Pugna pelo reconhecimento de bem de família.

Por fim, diz ser necessário o afastamento da multa aplicada por supostamente se opor maliciosamente à execução.

É o relatório. DECIDO.

2. De início, observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 1.022 do CPC/2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, todas as matérias foram devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

3. Por outro lado, ao afastar a proteção legal de impenhorabilidade do bem

de família, o Tribunal local assim consignou:

O fundamento do Agravante para reconsideração da decisão é a alegada alteração da situação jurídica, tendo em vista que atualmente o imóvel de Serra Negra é o seu único bem e lhe serve de moradia, razão pela qual deve ser considerado bem de família e reconhecida a impenhorabilidade.

Ocorre que, não ficou comprovado tratar-se os imóveis (6 matrículas) de bem de família; a uma, porque o Agravante não comprovou efetivamente estar residindo no bem, tendo em vista que os comprovantes de fls. 105/106 são insuficientes para tanto e, a duas, porque o bem objeto da penhora não é seu único imóvel.

Cumprе salientar que a existência de penhora sobre outro bem do executado, não lhe retira de imediato o direito de posse e propriedade, até a solução final da demanda na qual o bem foi penhorado, com a consequente expedição do termo de arrematação.

Ademais, as testes do Agravante não trazem qualquer verossimilhança, eis que quando da oposição dos Embargos a Execução (fls. 223/228) alegou que o imóvel localizado em Ubatuba era bem de família, pois lá residia com a esposa e filhos, bem como que os bens penhorados na cidade de Serra Negra eram utilizados para produção agrícola para sua subsistência, além de não serem de sua propriedade exclusiva.

Agora, afirma que reside no imóvel de Serra Negra desde 2014, sem nada comprovar.

De se ressaltar que, a penhora que recaiu sobre o bem localizado em Santos é antiga, assim como a adjudicação deferida nos autos de origem com relação ao bem de Ubatuba, não sendo crível que somente agora o Agravante alegue se tratar de bem de família o imóvel localizado em Serra Negra.

Nesse contexto, verifico que o acolhimento da pretensão recursal, a fim de reconhecer a impenhorabilidade do imóvel por se tratar de bem de família, exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA. NUA-PROPRIEDADE. POSSIBILIDADE. IMÓVEL QUE NÃO FOI CONSIDERADO COMO BEM DE FAMÍLIA. REVISÃO DESTE ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS NOVOS CAPAZES DE DERRUIR A DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 1102632/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/11/2017, DJe 01/12/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRECLUSÃO. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. BEM DE FAMÍLIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO SUPERIOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

[...].

2. Tendo o tribunal de origem decidido pela penhorabilidade do imóvel com base nos elementos de prova dos autos, a inversão do decidido esbarra no óbice da Súmula nº 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1626950/RO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 28/09/2017)

4. Por fim, ao manter a multa aplicada, o Tribunal Estadual frisou que:

No mais, entendo que a multa não deve ser afastada, eis que evidentemente o Agravante atenta contra a dignidade da justiça, porquanto é patente o intuito protelatório do executado quanto ao cumprimento da sentença, que teve início em 2001, mediante peticionamentos sem comprovação e interposição de recursos protelatórios, bem como ante evidente intenção de criar embaraço a efetivação do provimento jurisdicional, o que justifica a imposição aplicada.

Assim, rever os fundamentos que ensejaram esse entendimento exigiria a reavaliação do conjunto probatório presente nos autos, o que é vedado em recurso especial, ante a incidência, mais uma vez, da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA POR ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ.

1. **A adoção de entendimento diverso por esta Corte quanto à caracterização do ato atentatório à dignidade da justiça e de confusão patrimonial entre os bens dos sócios e da pessoa jurídica, demanda reexame de provas, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.**

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no AREsp 944.239/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 09/05/2017).

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

